



Mapeamento e análise dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré (BA)

*Paula Fabyanne Marques Ferreira (Membro do Grupo de Pesquisa GeoGet – Unicamp. E-mail: <paula.fabyanne@ige.unicamp.br>);
Lindon Fonseca Matias (Membro do Grupo de Pesquisa GeoGet – Unicamp. E-mail: <lindon@ige.unicamp.br>).*

Toda cidade desenvolve-se originalmente sobre um dado ambiente natural que se altera à medida que a mesma se dinamiza e cresce (MENDONÇA; LEITÃO, 2008). Em qualquer cidade, pode-se observar que o espaço urbano é fragmentado, já que as desigualdades sociais se cristalizam na paisagem urbana. Quanto maiores as disparidades, maiores as distinções entre moradias e acesso aos serviços públicos básicos, que materializam a face mais visível do crescimento desordenado, a segregação socioespacial (CORRÊA, 1995).

A pequena cidade de Itacaré está localizada no litoral sul da Bahia e tem sua gênese urbana relacionada ao florescimento, auge e declínio da lavoura cacaueteira. A região possui uma grande diversidade ecológica caracterizada por um conjugado de ecossistemas de expressivo valor científico e econômico. Em função deste grande potencial paisagístico, vive desde a década de 1990 uma transição funcional promovida por ações governamentais do Estado da Bahia, pautadas nas perspectivas pujantes da indústria do turismo.

A súbita inserção no setor tem promovido uma reorganização socioespacial caracterizada por uma intensa expansão urbana e seus inerentes impactos socioambientais, visto que há geralmente, no bojo do crescimento populacional, um aumento da informalidade, da favelização, dos índices de criminalidade e da degradação ambiental e social. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é que através do geoprocessamento e da tomada de dados *in situ* seja possível contribuir com uma análise mais apurada a respeito da apropriação do espaço urbano pela população residente e dos impactos socioambientais decorrentes.

Como um moderno sistema de

informação, o Sistema de Informação Geográfica (SIG) desempenha de forma concomitante na sociedade contemporânea, as funções de um sistema de informação e ação. Além de um mecanismo técnico, é uma construção intelectual que visa contribuir com a representação e compreensão de uma determinada realidade, permitindo a formação de um arcabouço interpretativo que auxilie na análise dos fenômenos geográficos (MATIAS, 2002). É nesta perspectiva dinâmica e relacional, que toma-se por base neste estudo uma leitura da relação sociedade e natureza por meio do mapeamento e análise dos impactos socioambientais, nos moldes propostos por Mendonça (2004).

A realização da pesquisa fundamentou-se no levantamento e revisão bibliográfica sistemática, na realização de mapeamentos temáticos e na elaboração de uma base de dados geográficos enfocando os principais impactos socioambientais urbanos.

A metodologia teve como principal estratégia a espacialização de vários atributos socioambientais e a integração destes, considerando as características físicas e sociais da área em estudo. A tecnologia SIG nos permite realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados (CAMARA; DAVIS, 2001). Nesta pesquisa, a representação dos atributos e a respectiva análise espacial dos dados obtidos foram realizadas com auxílio do programa ArcGIS 9.3 (ESRI, 2010), o que possibilitou o processo de georreferenciamento digital. Tal tecnologia integra funções como o processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica do terreno e consulta a bancos de dados espaciais, possibilitando a identificação e caracterização das diferentes unidades avaliadas, além das consequências da atuação humana nas áreas abordadas.

A etapa inicial na elaboração do material cartográfico foi a construção da base de dados georreferenciados, utili-

zando para isso os dados cartográficos em meio analógico, escala 1:12.500, contidos na proposta de Plano Diretor (CONDER, 2006) da Prefeitura Municipal de Itacaré e cedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os dados espaciais contidos em cada tema foram transferidos para o meio digital por meio do emprego de técnicas de digitalização via scanner, georreferenciamento com pontos de controle e posterior vetorização das feições geométricas sobre tela.

Para a avaliação dos impactos socioambientais urbanos foi adotada a elaboração de uma Ficha de Avaliação específica adaptada das contribuições de Drew (1986), Barrow (1997), Sánchez (2008) e Santos (2009). A ficha avaliativa funcionou como uma espécie de caderneta de campo, mas com itens relativos ao seu objetivo, para um manuseio otimizado. Foi estruturada de modo que fosse possível no campo registrar as coordenadas UTM referentes aos locais identificados de ocorrência do impacto, através de pontos de controle obtidos com receptor GPS, bem como campos para a identificação e caracterização do impacto existente, inclusive a respectiva numeração e registro fotográfico. Após cada etapa de investigação, realizava-se em gabinete o georreferenciamento com pontos de controle e o lançamento dos dados obtidos em campo.

O município de Itacaré está localizado aproximadamente 400 km ao sul de Salvador, integrado à Região Administrativa de Ilhéus e Região Econômica do Litoral Sul. Em sua totalidade abrange uma área de 738 km², com uma população total de 24.318 habitantes e densidade demográfica média de 33 hab./km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A sede do município localiza-se junto à foz do Rio de Contas e encontra-se a uma distância de 65 km ao norte de Ilhéus, via BA-001. A área urbanizada ocupa 1,44 km² e está posicionada geograficamente entre os paralelos 14° 16' 00" e 14° 17' 30" Sul e meridianos 38° 59' 00" e 39° 00' 15" Oeste Gr. (FIGURA 1).

EDITORIAL

Em sua vigésima terceira edição, o BIG traz um conjunto de artigos e revisões bibliográficas relevantes à ciência geográfica, constituindo, assim, um importante meio de reflexão e divulgação das pesquisas relacionadas às temáticas das áreas física e humana.

O artigo “Mapeamento e análise dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré (BA)”, produzido por Paula Fabianne Marques Ferreira e Lindon Fonseca Matias - Unicamp (Grupo de Pesquisa GeoGet), apresenta contribuições acerca do conhecimento sobre a dinâmica de produção do espaço geográfico na cidade de Itacaré, localizada na região cacauieira do estado da Bahia.

O artigo “Mapas, tão perto e tão longe dos educandos”, de Sizenando de Oliveira (Geógrafo – UESC; Diretor e Professor CI Cursos), tece uma análise crítica acerca do processo de ensino-aprendizagem relacionado ao uso dos mapas em sala de aula pelos professores e a compreensão/representação dos alunos.

O estudo realizado por Elton Freitas de Oliveira, Jairo de Jesus dos Santos e Júnio de Jesus dos Santos, graduandos em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, intitulado “A importância do programa bolsa família para o povoado da Gameleira, município de Laje-BA”, nos convida a uma reflexão a respeito das modificações ocorridas no povoado da Gameleira, localizado no município de Laje-BA, após a implantação do programa bolsa família. O trabalho questiona até que ponto o programa trouxe melhores condições de vida para o povoado (pois ele pode ser compreendido como propulsor do desenvolvimento local), ou se apenas uma condição para a comodidade dos beneficiados, ou uma maneira de inseri-los no mundo do consumo.

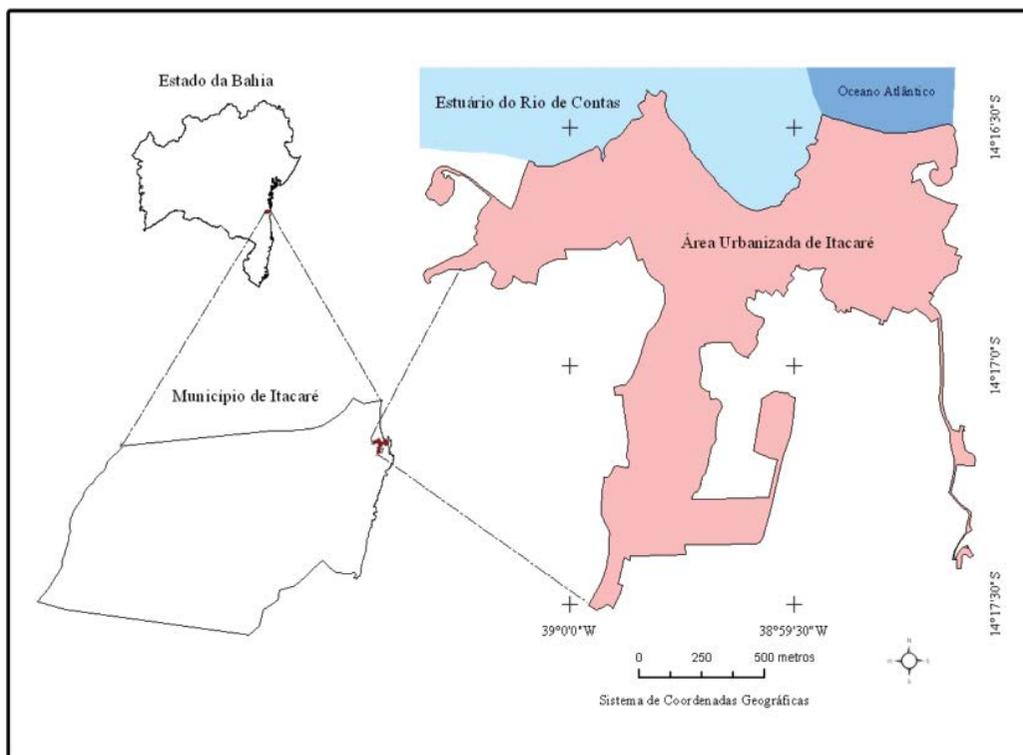
O texto “A Geografia crítica e sua contribuição em espaços não escolares”, de Darlan da Conceição Neves e Camila Silva Pereira, graduandos em Geografia pela UESC, apresenta, através de uma revisão bibliográfica, a contribuição da Geografia Crítica no cenário da educação, e disserta sobre o espaço não escolar em diálogo com a perspectiva dessa linha de pensamento geográfico.

*Conselho Editorial.
Boa leitura!*

“**Quem detém a informação, detém o poder**”

(Claude Raffestin).

FIGURA 1 – Mapa de localização da área de Itacaré, Bahia



Fonte: Matias; Ferreira, 2011.

Segundo Meliani (2006), a demanda estrangeira pela amêndoa foi responsável pela produção do espaço geográfico no município, orientando o uso da terra e dinamizando a economia local. Apesar da relativa proximidade com Ilhéus, Itacaré estava geograficamente isolada até o final do século XX, resultante da dificuldade de acesso por estradas não pavimentadas em um meio natural sinuoso e de alta pluviosidade. Tais condições foram responsáveis, em parte, pela conservação das paisagens naturais, principais atrativos turísticos atuais. A

perspectiva de desenvolvimento econômico pronunciada tem aumentado a atratividade local e, por conseguinte, a pressão demográfica.

Dados comparativos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) revelam que a transformação em transição refletiu nos índices demográficos da localidade. A parcela urbana praticamente dobrou nos últimos dez anos e representa atualmente a maior fração do total de 24.318 habitantes, vide dados na TABELA 1.

TABELA 1 – Evolução da população urbana de Itacaré, Bahia (1970-2010)

Década	Pop. Urbana (hab.)	% Pop. Urbana	Pop. Rural (hab.)	% Pop. Rural	Pop. Total (hab.)
1970	2.656	18,83	11.448	81,17	14.104
1980	3.005	22,75	10.202	77,25	13.207
1990	4.275	23,19	14.156	76,81	18.431
2000	7.951	43,88	10.169	56,12	18.120
2010	13.642	56,09	10.676	43,91	24.318

Fonte: IBGE, 2010 (Organização Mateus Ferreira, 2011).

Boletim Informativo do Curso de Geografia UESC INFORME GEOGRÁFICO - ISSN 1982-8039.

Ano XII - 23 - ABR/MAI/JUN 2013

Tiragem de 500 exemplares

Conselho Editorial: Gilmar Alves Trindade (galvestrindade@gmail.com); Tereza Genoveva Nascimento Torezani (terezatorezani@gmail.com); Jean Lucas Vinhas Medeiros (jeanlucasvinhas@hotmail.com); Ruy Eduardo Santana Santos (ruyeduardo2004@hotmail.com); Poliana Teixeira da Fonseca (polifonseca17@hotmail.com).

Fundador: Saulo Rondinelli Xavier da Silva (abr. 2001).

Colaboradores: Saulo Rondinelli Xavier da Silva (geoilheus@hotmail.com); Paulo César Bahia de Aguiar (imperadorblue@yahoo.com.br); Alan Azevedo Pereira dos Santos (alan_geouesc@hotmail.com).

Projeto Gráfico / Diagramação: Imprensa Universitária / UESC

Revisão: Editus / UESC

Impressão: Gráfica da UESC

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não rejeitando, necessariamente, a opinião do BIG. Consulte as "DIRETRIZES PARA AUTORES" em nosso Blog.

E-mail: informegeografico@gmail.com

Facebook – Grupo: <https://www.facebook.com/groups/informegeografico/>

Página: <https://www.facebook.com/informegeografico>

Blog: www.informegeografico.blogspot.com

Site: <http://www.uesc.br/projetos/inforgeo/>

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Rodovia Jorge Amado, km 16

Ilhéus - Bahia

CEP: 45.662-900

A conclusão da Estrada Parque (BA-001) em 1998, ligando Ilhéus a Itacaré, configurou-se como um expressivo vetor de desenvolvimento regional e, desde então, verifica-se um crescente fluxo de turistas. Segundo estudo de Oliveira (2008), o município de Itacaré chega a receber na alta estação o impressionante número de 170 mil visitantes, uma quantidade quase 7 vezes maior que sua população. Tais dados são ainda mais expressivos quando comparados aos números da Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR) (2008), que apontam a Costa do Cacau em sétima colocação na participação das Zonas Turísticas baianas, com aproximadamente 324.500 visitantes, o equivalente a 3,8% do total. A Baía de Todos os Santos (incluindo Salvador) lidera o ranking com 35% de todo o fluxo receptor do estado, seguida pela Costa do Descobrimento, principalmente Porto Seguro, representada por 11%.

As maiores consequências do crescimento urbano são o aterramento de manguezais, mananciais, restingas, aumento da poluição doméstica e industrial, que culmina em condições indevidas, instaurando uma situação de insustentabilidade urbana (GONÇALVES; CUNHA, 2009). Com efeito, pode-se afirmar, exceto pela poluição industrial (ainda inexpressiva em Itacaré), que todas as outras estão categoricamente manifestas no espaço urbano de Itacaré.

A atividade turística parece intensificar o contínuo processo de transformação do uso da terra, assim como a crescente demanda pela área urbanizada. Intensificam-se os processos de

invasões, comprometendo áreas como o manguezal e o sistema de drenagem natural das bacias hidrográficas localizadas na área em questão. A atual conjuntura atrelada à carência de infraestrutura urbana básica agrava a pressão sobre as áreas naturais, pronunciadas nos aterros de áreas alagadas, corpos d'água eutrofizados e contínuo avanço sobre as matas, entre outros aspectos que evidenciam o caráter emergencial dos impactos socioambientais urbanos da cidade.

A demanda pelo espaço urbano favorece a ocupação de áreas naturais impróprias e, o bairro que se constitui em um dos principais vetores de crescimento da cidade, Bairro do Santo Antônio, conhecido como Bairro Novo, localizado ao sul, na entrada da cidade, apresenta a maior concentração de tipos diferentes de impactos mapeados. Destes, se destacam: a disposição irregular de lixo/entulho, os animais associados ao lixo, a poluição do solo, da água e visual, o desmatamento, as ocupações das áreas de Proteção Permanente (APP), processos erosivos, suscetibilidade a deslizamentos, risco de enchentes e o mau cheiro. O lixo produzido na cidade se constitui em um grave impacto socioambiental presente em toda a área urbanizada. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o município produz uma média de 15 toneladas de lixo por dia na área urbana, número que salta para a média de 45 toneladas por dia na alta estação.

As modificações e os desequilíbrios ecológicos são fatores reconhecidamente condicionantes da formação de

áreas que representam perigo à ocupação humana, como os fundos de vale e as encostas. Não obstante, os impactos socioambientais urbanos mapeados nesse estudo estão relacionados principalmente à suscetibilidade a deslizamentos, às inundações, ao lixo doméstico e à ausência de saneamento básico, bem como aos problemas de saúde e segurança relacionados a estas questões. Pode-se visualizar na coleção de mapas (FIGURA 2), os pontos sinalizando os impactos socioambientais espacializados na área de estudo por categoria e em ordem decrescente dos tipos de ocorrências registradas, possibilitando uma associação e leitura de forma conjunta ou individual.

Na parte oeste da área urbanizada, os pontos mapeados identificam os impactos socioambientais registrados nos bairros de padrão residencial médio, inferior e popular, que se consolidaram nas proximidades do porto e do manguezal, como o Porto de Trás, Marimbondo, Baixa da Gia, Passagem (FIGURA 3) e Nova Brasília. As áreas são relativamente populosas e os impactos estão distribuídos em todas as localidades, nos quais se destacam: a disposição irregular do lixo, animais associados ao lixo, poluição da água, do solo e visual, desmatamento, ocupação de APP, risco de enchentes e, em algumas localidades, o mau cheiro. Cabe frisar que o Rio de Contas é o principal da região, cuja área de manguezal está bastante restrita à área urbanizada de Itacaré e encontra-se significativamente degradado, especialmente pelas construções irregulares que avançam sobre sua vegetação e APP.

Longe de apreender a imensa

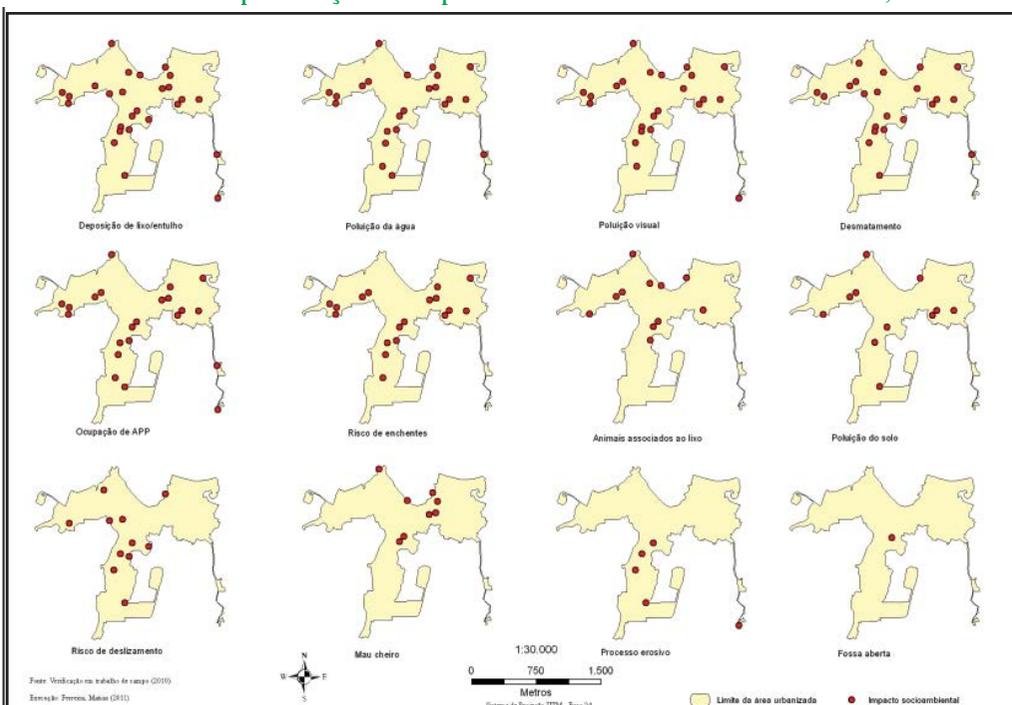
FIGURA 3 – Bairro da Passagem



Fonte: Foto Ferreira, 2010.

complexidade da dinâmica urbana, socioambiental e turística e independentemente da estratégia adotada, é necessário buscar compreender de forma integrada a dinâmica dos processos atuantes. A expansão urbana voltada para o turismo sem um compromisso mais arrojado de planejamento pode gerar impactos so-

FIGURA 2 – Espacialização dos impactos socioambientais urbanos em Itacaré, Bahia



Fonte: Ferreira; Matias, 2011.

cioambientais e a degradação da qualidade de vida, especialmente dos segmentos mais pobres da população de Itacaré. Fundamentando-se no mapea-

mento e análise dos impactos socioambientais urbanos registrados, os resultados parecem corroborar tal hipótese. É possível afirmar que há uma estre-

ta ligação entre as irregularidades de ocupação de uso da terra e o número de impactos socioambientais urbanos registrados.

REFERÊNCIAS

BARROW, C. J. **Environmental and social impact assessment**. New York: University of Wales Swansea: Centre of Development Studies, 1997.

CÂMARA, G., DAVIS JR., C. A. Apresentação. In: CÂMARA, G., DAVIS JR., C.A., MONTEIRO, A. M.V. **Introdução à ciência da geoinformação**. [S.l.], 2001. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br>>. Acesso em: 1º out. 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA BAHIA (CONDER). **Plano Diretor Municipal de Itacaré – Versão final da Câmara Municipal após discussão com a comunidade e conselho gestor da APA**. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 2006.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. São Paulo: Diefel, 1986.

ESRI. **ArcGIS Manuals**. Redlands: Esri, 2010.

GONÇALVES, L. F. H.; GUERRA, A. J. T. Movimentos de massa na cidade de Petrópolis (RJ). In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. C. (org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

MATIAS, L. F. **Sistemas para in[form]**

ação. **Espaço & Geografia**, Brasília, DF, v.5, n.1, p.101-118, 2002.

MELIANI, P. F. De porto cacauero a destino turístico: transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da região cacauera da Bahia. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n.3, p. 555-569, 2006.

MENDONÇA, F de A. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 139-148, jul./dez. 2004.

MENDONÇA, F. de A.; LEITÃO, S. A. M. Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. **GeoTextos**, Salvador, v. 4, n. 1 e 2, p.145-163, 2008.

OLIVEIRA, E. S. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré- BA**. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo)– Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina dos textos, 2008.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Oficina dos textos, 2009.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA (SETUR). **Caracterização e dimensionamento do turismo receptivo na Bahia 2008**. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.setur.gov.br/indicadores/pesquisas/fluxo-turistico/>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

Mapas, tão perto e tão longe dos educandos

Sizenando de Oliveira (Geógrafo - UESC; Diretor e Professor do CI Cursos).

Com a expansão do meio digital e dos mapas virtuais, quase toda a sociedade tem à disposição milhões de mapas. Mas, qual o real significado deles para o ensino/aprendizagem? Ganhamos com essa difusão nos meios informacionais?

A Geografia é uma ciência também social e tem nos mapas um dos seus vários campos de estudo – a Cartografia – e, por isso, deve ser voltada para o uso deles como ferramenta facilitadora no pro-

cesso de ensino-aprendizagem, já que eles são uma fotografia da realidade, um meio de ler a sociedade ou o espaço geográfico. Castrogiovanni (2000), pensando sobre a Geografia, escreve:

O espaço é construído ao longo do processo de construção da própria sociedade. As relações sociais que ocorrem se materializam em edificações que podem ser observadas fisicamente. São as paisagens dos lugares. E se existe uma materialização física da vida, concretizada no espaço, cabe-nos

na Geografia fazer o estudo e a interpretação desta realidade, a partir da análise espacial, sem ficar na aparência apenas. São necessários determinados pressupostos básicos para que se possa compreender o espaço construído pelos homens [...] (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 93).

Estaria na mídia computacional apenas mapas de aparência, sem pressupostos básicos? Certamente! Daí a importância da alfabetização cartográfica.

Os alunos podem ter nas representações bidimensionais da realidade uma forma de contemplar, ou melhor, representar seu mundo. A Cartografia é a ciência da representação gráfica da superfície terrestre, tendo como produto final o mapa; trata da concepção, produção, difusão, utilização e estudo dele.

O mapa é uma forma de comunicação gráfica que precede historicamente a escrita, podemos inferir que também as crianças se comunicam entre si através de representações gráficas, as quais podem grosso modo ser consideradas mapas (ALMEIDA, 2007, p. 19).

E qual é o problema com os mapas midiáticos? Apesar de serem muito úteis à sociedade, eles confundem os educandos. Muitos, principalmente os temáticos, quando muito carregados de informação costumam trazer diversos elementos (cores, símbolos, linhas, gráficos, textos, setas), que, se não forem explicados aos alunos, a relação com a realidade lhes parecerá, num primeiro momento, apenas uma forma de colorir e enfeitar a representação. Os estudantes devem ter aulas sobre os elementos que os compõem (título, fonte, orientação, projeção, escala cartográfica e legenda), os quais representam a realidade, proporcionando o aprendizado no sentido de correlacionar a carta com o seu lugar. Joly, citado por Francischett (2000, p. 19), escreve que,

Um mapa é, definitivamente, um conjunto de sinais e de cores que traduz a mensagem expressa pelo autor. Os objetos cartográficos, materiais ou conceituais, são transcritos através de grafismos ou símbolos, que resultam de uma convenção proposta ao leitor pelo redator, e que é lembrada num quadro de sinais ou legendas do mapa.



Os mapas, quando utilizados pelos professores, são instrumentos didáticos e documentos de apresentação do mundo. Por isso, é preciso usá-los nas aulas de Geografia, pois, não é possível ensinar/aprender sobre a realidade local/regional sem ter em mãos representações cartográficas desses locais, ou seja, as cartas são necessárias para contextualizar os conteúdos ensinados; como exemplo, podemos citar a existência de mapas, somente de algumas cidades da região sudeste brasileira, nas escolas do município de Ibicaraí, Bahia, como os de São Paulo e Belo Horizonte. Porém, representações cartográficas do interior da Bahia não são confeccionadas devido a diversos fatores, dentre os quais se podem elencar a falta de conhecimento e a ausência de materiais de base adequados. Com a popularização das cartas virtuais, há uma facilitação no processo de conseguir fotografias aéreas, porém, mapas temáticos, plantas e informações confiáveis são uma das muitas dificuldades vivenciadas em sala de aula, pois sua aquisição é difícil.

A aprendizagem dos conteúdos geográficos exige habilidades em leitura de mapas, mas é preciso que, ao mesmo tempo, haja uma adequação deles aos níveis de ensino, pois, entendendo que interpretar representações cartográficas não é tarefa fácil, exige o aprendizado de signos, símbolos, entendimento espacial e adequação com a realidade, a fim de compará-la, observá-la e analisá-la de forma adequada. Observemos o que escreve a esse respeito

Castrogiovanni (2000, p. 105), “o desenvolvimento da capacidade de representação do espaço significa trabalhar com escalas, ler legendas e entender o seu significado.” O autor continua escrevendo sobre o modelo ideal de leitura do espaço:

A capacidade de entender um espaço tridimensional representado de forma bidimensional, aliada à concepção de que a Terra é redonda e, portanto, não há ‘em cima’ nem ‘em baixo’ poderá ser desenvolvida a partir da realização de diversas atividades de mapeamento. Desenhar trajetos que são percorridos no dia-a-dia, construir legendas e confrontá-las com as legendas formais são atividades possíveis (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 105, grifos do autor).

Assim, conclui-se que, além de ensinar os alunos a interpretar os mapas, é imprescindível construir com eles as cartas de seus lugares de vivência. Apesar de a mídia ajudar através de alguns tipos de representações cartográficas, principalmente aquelas presentes nas previsões do tempo, apenas essas não são suficientes para a compreensão das Ciências Geográficas-Cartográficas, funcionam, razoavelmente, como um despertar para os estudantes. Portanto, o uso dos mapas nas aulas de Geografia, para proporcionar uma melhor compreensão do lugar em que o aluno vive e em extensão do mundo, configura-se de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. (org.) **Cartografia escolar**. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino de geografia: práticas e textuali-**

zações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FRANCISCHETTI, M. N.; MATUSHIMA, M. K. A Linguagem, a Semiótica e a Cartografia. **Formação**, Presidente Prudente, n.7, p.121-129, 2000.

Sizenando de Oliveira
Geógrafo (UESC)
Diretor e Professor CI Cursos

A Importância do Programa Bolsa Família para o povoado da Gameleira, município de Laje-ba

Elton Freitas de Oliveira; Jairo de Jesus dos Santos; Júnio de Jesus dos Santos (Graduandos em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus V – E-mails: <elton7136@hotmail.com < jairojc93@hotmail.com >; < juniogeo@hotmail.com >).

INTRODUÇÃO

O espaço é o conceito mais importante da Geografia e tornou-se uma categoria por excelência, tendo em vista que as modificações dele, sobretudo pelas demandas das reestruturas geográficas do capitalismo, são resultados da produção do espaço. Nesse contexto, a configuração espacial decorrente, da expansão desse modo de produção, e as suas reestruturas geográficas promoveram o aumento das disparidades socioeconômicas no território brasileiro.

O estado de miserabilidade de cidades pequenas do Brasil vem se tornando, de certa forma, vetor de políticas públicas que visam ao desenvolvimento econômico de famílias de baixa renda, atendendo-as através de alguns benefícios assistenciais. Diante disso, destaca-se a participação do Estado na instrumentalização da administração coletiva, objetivando o arrefecimento da pobreza e possibilitando melhores condições de vida para a população, bem como a redução das desigualdades sociais. Uma dessas políticas é o Programa Bolsa Família (PBF), reconhecido como uma das plataformas de transferência direta de renda com maior extensão territorial e abrangência populacional.

Diante do exposto, procura-se, através do presente trabalho, verificar as modificações ocorridas no distrito Povoado da Gameleira, localizado no município de Laje-BA, após a implantação do PBF. Procurar-se-á, também, identificar até que ponto esse programa trouxe melhores condições de vida para essa localidade, visto que ele, em alguns aspectos, pode ser compreendido tanto como propulsor do desenvolvimento local quanto apenas uma

condição para a comodidade dos beneficiados, ou ainda, uma maneira camuflada de inseri-los no mundo do consumismo exacerbado.

Esta pesquisa realiza uma apreciação da configuração socioespacial das famílias do distrito Povoadado da Gameleira beneficiadas pelo PBF, observando a contribuição do programa para o bem-estar da população dessa localidade e a forma como estão utilizando o benefício. Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo geral analisar a importância do PBF para a complementação de renda das famílias beneficiadas pelo programa, verificando os resultados dos produtos oriundos dele no desenvolvimento e no bem-estar social local a partir de um esboço analítico qualitativo-quantitativo.

No intuito de cumprir o objetivo proposto, fez-se necessário, inicialmente, uma revisão bibliográfica de clássicos e de contemporâneos como Lacoste (1982); David Harvey (2004); Brasil (2010), dentre outros; posteriormente, delimitamos o objeto de estudo e coletamos dados em alguns órgãos públicos. Em seguida, realizamos visitas em campo com registros fotográficos e aplicação de questionários para obtermos, posteriormente, uma melhor compreensão da realidade local. Foram consultados, também, acervos na internet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A forma de organização e a reprodução social são fatores propulsores para a presente configuração socioespacial do Brasil; assim, as condições de vida da população demonstram que a distribuição de renda é bastante díspare, além de o desenvolvimento ser muito desigual. Dessa forma, as políticas públicas são princípios norteadores, muitas vezes exercidos pelo Estado, mas que podem ser desenvolvidas por órgãos privados e não governamentais que contribuam, sobretudo, para amenizar os efeitos dessemelhantes de uma sociedade marcada pelos conflitos de classes.

Para Teixeira (2002), as políticas são mediações entre a sociedade e o Estado: as ações do poder público se objetivam na função do governo em beneficiar certos grupos sociais. A formação de áreas periféricas é vinculada à segregação socioespacial, evidenciando-se a exclusão social e a má distribuição de renda. Todavia, essa segregação é organizada por um determinado grupo populacional, sejam nos espaços urbano ou rural, que se diferencia de outra coletividade, mas ela não é, necessariamente, sinônimo de pobreza; também, alguns autores mais críticos consideram políticas públicas a não intervenção do Estado em

questões primordiais da população, como as de bem-estar e renda.

Segundo Cavalcanti (2007), as políticas públicas são instrumentos utilizados pelo Estado para interferir na sociedade. Assim, a análise das formas de organização e a articulação de diferentes grupos sociais no processo de reivindicação de melhores condições de vida acabam sendo apenas um produto/reflexo dessas sociedades. Por isso, há a necessidade da intervenção social, para que esses agrupamentos de seres possam possibilitar o desenvolvimento – em todos os sentidos – e o crescimento econômico.

O desenvolvimento é mecanismo instrumentalizado que possibilita melhorias na qualidade de vida da população, que abarca um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social (OLIVEIRA, 2002). Porém, é importante que esse desenvolvimento aconteça de forma combinada com as políticas sustentáveis, e que seja sustentado, visando promover a preservação do meio ambiente. O sustentável se refere ao ambiente e a disponibilidade de recursos naturais. Já a perspectiva do sustentado está em uma base econômica correlacionada com o crescimento (ABEP/UNFPA, 2009). Para tanto, Oliveira (1976, p. 1) salienta que “[...] é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente”.

O conceito de crescimento/desenvolvimento se caracteriza, para muitos, apenas pelo aspecto econômico, que nos moldes do modo de produção capitalista, promove cada vez mais as desigualdades e as disparidades socioeconômicas. Vale salientar que esse “progresso” dificilmente utiliza práticas sustentáveis, consistindo na apropriação através da exploração dos recursos naturais.

Para todas essas discussões, o capital se insere como fator principal de condicionalidade. Nessa perspectiva, a supremacia dos bens duráveis já produzidos e usados na produção de mercadorias ou serviços, sobrepondo as questões sociais, tornou a pobreza algo eminentemente particular. Lacoste (apud FRANK, 1970), em “Geografia Del subdesarrollo”, desenvolveu a Teoria da Dependência “desarrollo del subdesarrollo”, segundo a qual os países da América Latina e da África nunca serão desenvolvidos, porque eles possuem uma política de dependência em relação a países ditos de “primeiro mundo”.

A política de dependência evidencia-se na baixa qualidade da Educação nos países da América Latina e da África.

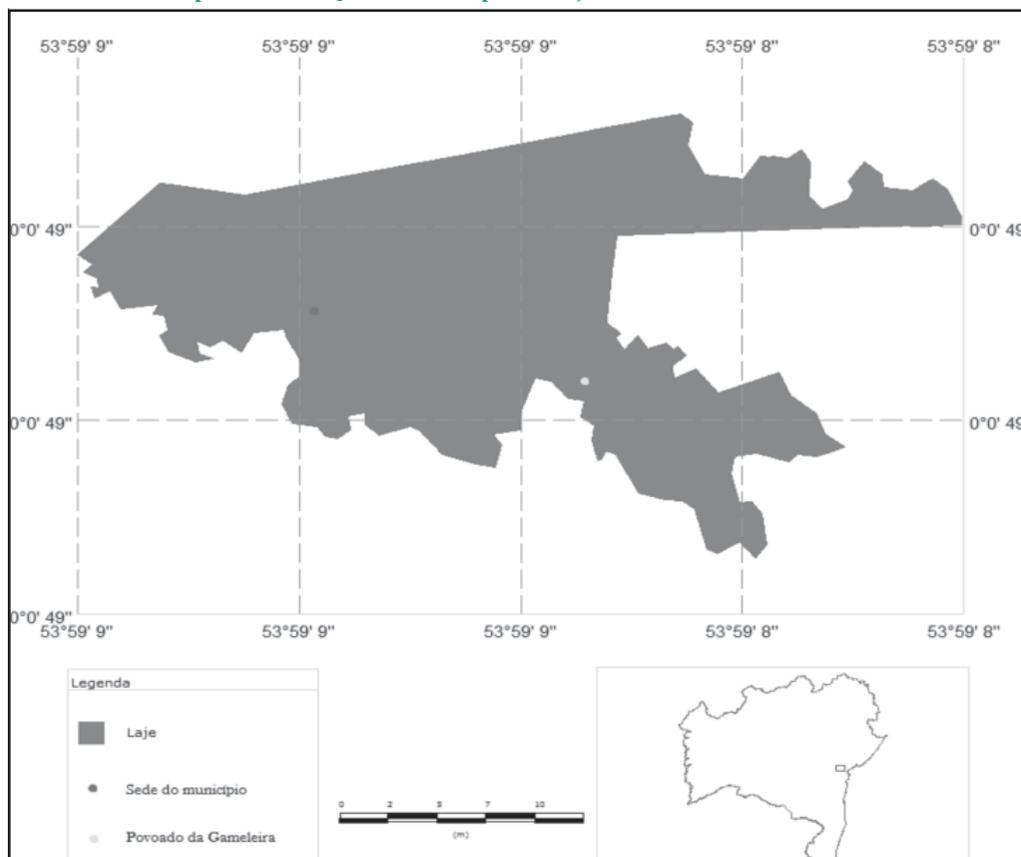
O ensino nessas nações deveria usar metodologias que proporcionem a formação de profissionais capazes de enfrentar o mercado de trabalho atual, com técnicas novas. A ausência disso vem perpetuando ainda mais essa relação desigual e injusta. Por evidência temos a necessidade, em muitos casos, da importação de mão de obra especializada e de novas tecnologias, acentuando a nossa dependência em relação aos países desenvolvidos. As contradições institucionais são evidenciadas nas políticas de compensação social, sobretudo nas de distribuição de renda, as quais as precariedades e desigualdades sociais se contrastam no mesmo espaço. Todavia, desde o início da construção do território brasileiro, a pobreza sempre foi um fenômeno marcante na sociedade. Entretanto, ela se metamorfoseou, deixando de ser um caso qualitativo para ser um problema quantitativo.

Fundamentar o estado de pobreza perpassa por: primeiro, os índices multidimensionais, que a considera um fenômeno complexo, por isso, a renda adequada para a medida é a domiciliar “per capita”, a qual mostra os recursos disponíveis das famílias para assegurar o bem-estar de seus membros. O segundo ponto está vinculado com a insuficiência de renda, indicadora mais importante do bem-estar e/ou que está intimamente associada com as outras dimensões do fenômeno, como a instrumentalização de ações oficiais e/ou administrativas, por exemplo, o PBF. Nessa perspectiva, as políticas públicas são o Estado em ação.

Ao discutir políticas públicas, remetemo-nos à discussão conceitual de desenvolvimento local. Oliveira (1976, p. 26) afirma que “o desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local [...]”. Um dos principais motivos para implementação do PBF foi justamente esse tipo de desenvolvimento. O governo vem priorizando, desde o início do programa, as famílias carentes, constatando que o fim da vulnerabilidade econômica nessa parcela da população seria uma forma de proporcionar, grosso modo, o desenvolvimento socioeconômico do país, em alguns aspectos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), o distrito (FIGURA 1) tem uma área de 457,744 km², possuindo 22.201 habitantes, dos quais 6.080 residem na zona urbana e 16.121 na zona rural. A economia do município é basicamente agrícola, destacando-

FIGURA 1 – Mapa de localização do município de Laje, Bahia, e distrito Povoado da Gameleira



Fonte: Básica cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração Elton F. de Oliveira; Jairo de J. dos Santos; Júnio de J. dos Santos.

se o cultivo de mandioca (para a produção artesanal de farinha), cacau e laranja. Também há uma expressiva criação de bovinos, suínos e aves, porém, a maioria desses produtos tem a finalidade de suprir apenas as necessidades básicas da população local.

Constatou-se na pesquisa que o PBF vem sendo importante para a complementação da renda familiar do distrito Povoado da Gameleira, porém, problemas estruturais ainda são presentes na comunidade. Assim, há a necessidade urgente da adesão de outras formas de assistências/serviços na localidade em análise.

Outras precariedades no Povoado resultam da falta de técnicas avançadas de cultivo. Ao contrário da tendência do Brasil, a maioria da população de Laje, Bahia, encontra-se na zona rural, o que proporciona uma acentuada produção agrícola. A falta de profissionais técnicos capacitados, como agrônomos, para orientar os pequenos produtores rurais, resulta, em alguns casos, numa ineficaz produção. Paralelamente a isso, como já comentado anteriormente, alguns fatores tornam-se barreiras ainda maiores para a promoção do desenvolvimento social, como, por exemplos, as moradias precárias sem nenhum conforto, algumas com sinais de desabamento, sem água encanada e esgotamento sanitário. Todavia, mesmo sem programas complementares fundamentais para o desenvolvimento do Gameleira, o PBF, segundo

os pesquisados, foi importante para a localidade. Obviamente, houve aumento na renda da maioria das famílias, melhorando os indicadores sociais; isso devido à renda familiar “per capita” ser considerada um parâmetro. Identificou-se uma elevação no consumo de produtos alimentícios, além de eletrodomésticos e eletrônicos, móveis e fertilizantes agrícolas. A adesão ao Programa tornou-se essencial não somente para esse distrito, mas para todo o município, visto que os comerciantes ampliaram seu mercado consumidor.

Outro fator identificado na pesquisa foi o aumentada acessibilidade da população local – crianças e adultos – ao estudo. A partir do recebimento do benefício, possibilitou-se a compra de materiais didáticos e fardamento escolar. Ter frequência na escola é uma exigência do Programa, estando condicionada ao recebimento ou não do auxílio. Com o aumento do acesso à educação, e através de diversos outros programas do Governo Federal Brasileiro, há, atualmente, a possibilidade de inversão na ordem socioeconômica do país, pois, o acesso às Instituições de Ensino Superior não é uma utopia para os menos favorecidos, como em tempos passados, onde somente os mais favorecidos tinham acesso às Universidades.

A renda proveniente do programa contribuiu, também, para a compra de medicamentos. Chamou-nos a atenção o fato da população local reivindicar a participa-

ção efetiva de um agente comunitário de saúde, no acompanhamento das famílias. Observou-se que há uma série de problemas nessa comunidade, o principal apontado foi a dificuldade em sacar o benefício devido ao longo percurso até a agência bancária/lotérica mais próxima. As famílias afirmaram que ao buscar o benefício na sede municipal gastam entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00, com transporte e alimentação. A maioria dos deslocamentos ocorre a pé ou bicicleta, visto que a localidade não tem transporte coletivo devido às estradas vicinais apresentarem péssimas condições de tráfego. Outra dificuldade apontada pela comunidade é o tempo perdido nas imensas filas para sacar o benefício, levando em média duas horas, o que se configura numa prática ilegal segundo a Lei n.º 5.590, de 1º de julho de 2002. O fato de não existir fiscalização, punições rigorosas e até mesmo devido à acomodação das pessoas lesadas, podem ser algumas das inúmeras justificativas da existência, ainda, desse grande problema nacional.

Em todo esse contexto, o PBF vem possibilitando às famílias beneficiadas a complementação da renda mensal, além de oportunizar que jovens e crianças possam almejar um futuro melhor. Por conta do exposto ao longo deste trabalho, configura-se de extrema importância a realização de parcerias com órgãos de diferentes setores sociais, visando contribuir com a formação da cidadania, escolaridade e qualificação profissional na comunidade. Assim, a inserção de outras políticas públicas em parceria com a sociedade civil, juntamente com o Programa, poderia gerar maior acesso à inclusão social e econômica no Povoado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realidade observada no povoado em estudo, constatamos a importância do PBF para a complementação da renda das famílias beneficiadas. Sua contribuição para o desenvolvimento e o bem-estar social local foi, de certa forma, iminente. Entretanto, podemos considerar que foi, também, uma estratégia de inserir a sociedade menos abastada no “mundo do consumo”, impulsionando a economia à medida que o poder de compra aumentava. Em muitos casos, a aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos foi priorizada em detrimento da alimentação e moradia – recursos fundamentais para a sobrevivência humana. Talvez isso se deva à capacidade que os meios de comunicação possuem em alienar a maioria da população brasileira através da propaganda massiva, “fetichezando” as mercadorias, o que acaba levando a população a crer que o que está sendo divulgado é de extrema necessidade bá-

ca e promove o bem-estar pessoal, o que não é!

Faz-se necessário a instrumentalização de políticas públicas complementares para permitir a inserção, principalmente dos jovens, na sociedade; possibilitando que eles almejem um futuro melhor, com

participação social e econômica digna, usufruindo seus direitos democráticos e constitucionais.

Em suma, a contribuição do Programa Bolsa Família para o distrito Povoado da Gameleira, município de Laje-BA,

possibilitou avanços locais, melhorando as condições de vida da população. Apesar de a maioria avaliá-lo como positivo, é necessária a implantação de outras políticas públicas que visem um real desenvolvimento da localidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Brasil, 15 anos após a conferência do Cairo**. Campinas: ADEP; UNFPA, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Orientações para a fiscalização e controle social do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 2010. 24p.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. 2007. 301 f. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FRANK, A. G. **Capitalismo y subde-**

sarrollo en América Latina. [Santiago?]: Archivo Chile; Autores –Ideas; CEME, 2003-2007. Disponível em: <http://www.archivochile.cl/Ideas_Autores/gunderfa/gunderfa0006.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2013.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades. Bahia, Laje**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=291880>> Acesso em: 19 jul. 2013.

VITÓRIA (ES). Lei nº 5.590, de 1º de julho de 2002. **JusBrasil**, [s.l., 200-]. Disponível em:

<<http://camara-municipal-da-vitoria.jusbrasil.com.br/legislacao/589987/lei-5590-02?ref=home>>. Acesso em: 20

jul. 2013.

LACOSTE, Y. **Geografía del subdesarrollo**. Barcelona: Ariel, 1982.

OLIVEIRA, C. de. **O banquete e o sonho: ensaios sobre economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2013.

A Geografia crítica e sua contribuição em espaços não escolares

Darlan da Conceição Neves; Camila Silva Pereira (Graduandos em Licenciatura em Geografia; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA). E-mails: <darlan.geo@hotmail.com>, <camila17silva@hotmail.com>).

O espaço não escolar, nada mais é do que uma resposta à lacuna deixada pela educação formal, que deveria garantir a plenitude do desenvolvimento do indivíduo enquanto membro pertencente dessa mesma sociedade. As escolas “neoliberais” primam pela formação do indivíduo para o trabalho, ou seja, toda sua formação estará voltada para sua atuação no mercado de trabalho, visto que já existe um modelo pré-estabelecido de cidadão. São deixadas de lado as questões, principalmente, de cunho político, da formação política que cada sujeito deveria ter e que deveria ser incluída desde a educação básica. Desde cedo, faz-se necessário o desenvolvimento da crítica em nas diversas situações. A atuação coletiva em espaços não escolares pode contribuir para essa for-

mação e transformação do ser passivo em um ser ativo e sensível a sua realidade. A Geografia Crítica possibilita uma análise da realidade social e, com veemência, denuncia a realidade posta pelas forças hegemônicas.

O objetivo deste artigo é mostrar que através da análise espacial, sob a ótica crítica geográfica que, o indivíduo pode desenvolver-se em ambientes não escolares, formando uma consciência política.

O método para elaboração da discussão pauta-se em revisões bibliográficas dentro da perspectiva abordada, ou seja, uma análise da literatura que contribuisse para a criação do trabalho.

Sabendo que o homem é essencialmente um ser social, porque para sê-lo, não há como dissociá-lo da sua natureza. O homem não pode ser o que é fora do ambiente social, posto que é na sociedade que lhe são incutidas as ideias de sua natureza.

O ambiente de convívio social

pode ser diversos lugares, tais como a casa, a escola, a igreja, o clube, o campo, etc. Todos podem proporcionar relações que têm por base a troca de informações, as experiências, os sentimentos etc.

Segundo Brandão (1981), “ninguém escapa à educação [...], todo sujeito é agente de um ato educativo que independe de tempo e espaço”. Assim, qualquer dos ambientes citados anteriormente, dentre outros, servirá para um processo de aprendizagem, posto que qualquer um pode ensinar algo a alguém.

Antes de começarmos a discussão sobre os espaços não escolares, faz-se necessário estabelecer a distinção entre educação formal, informal. Segundo Gohn,

[...] na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um

cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc. (GOHN, 2006, p. 25).

Percebe-se que por esta educação, o indivíduo pode desenvolver suas potencialidades por meio de mecanismos que foram previamente elaborados. Esses conteúdos ajudam na construção da própria sociedade, na medida em que transforma o homem comum em participante ativo da sociedade capaz de atuar sobre ela.

A educação informal ainda afirma Gohn, “desenvolve hábitos,

formada sua identidade, personalidade e diferença perante os demais. É aqui que se permite a sua identificação singular, mediante o seu próprio desenvolvimento subjetivo, na internalização de valores, normas de conduta – a depender do seu grupo social, formas de pensamento etc. O seio familiar é o primeiro momento dessa educação, em que pais, avós e/ou outros familiares passam seus valores, crenças para os neófitos da vida social.

Compreende-se a educação não formal como uma [...] educação para o mundo,

pela intencionalidade da ação, ou seja, chamada à participação ativa da sociedade com relação às questões sociais, em consonância com suas necessidades, voltada para o interesse de quem participa dela. Trabalha-se com a subjetividade dos pertencentes aos grupos, desenvolvendo uma identidade grupal. Essa identidade grupal é o reflexo identitário dos mediadores desse processo, visto que quem os coordena, traz consigo sua herança vivida, seus ideais, carregados de experiências dos diversos campos sociais aos quais pertence e que passam para as demais pes-



atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento. Trata-se do processo de socialização dos indivíduos” (2006, p. 29).

Essa educação não é institucionalizada, nem tampouco programada, ela acontece mediante o convívio social de cada um, que se interage com o grupo ou grupos aos quais pertence. Neste caso o “outro” é o agente da educação. A educação acontece nos mais variados lugares em que a escola não se encontra. Nessa educação, o indivíduo se desenvolve enquanto um ser individual na sociedade; onde é

no mundo. Capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circundam os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo (GOHN, 2006, p. 29).

Pode-se compreender, na perspectiva de Gohn, que a educação não formal objetiva tornar cidadãos capazes de atuar no mundo, por meio de relações sem diretrizes estabelecidas a priori. Podemos dizer que, em seu desenvolvimento, a comunidade atua de forma a suprir suas próprias necessidades. Essa educação é marcada

soas.

Com o intuito do exercício da cidadania, baseia-se em princípios como “igualdade” e “justiça social”. A solidariedade é outra característica marcante dessa educação, os interesses comuns são trabalhados e construídos; também se desenvolvem laços de pertencimentos, identidade coletiva e se prima pelo respeito às diferenças, trabalhando o diferente, o que é tido por estranho na sociedade – respeito mútuo. Mediante a construção coletiva e repasse do conhecimento de uma cultura política que é produzida entre os membros, socializa-se um saber que refletirá em uma melhor consciência coletiva, para que cada cidadão

esteja apto para luta por seus direitos, direitos que têm sido negados. Com o objetivo de formação política de cada componente, fomenta a luta contra a barbárie, o egoísmo e o individualismo apregoados pelo discurso neoliberal.

Mas para que isso ocorra, como bem expôs Freire:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua 'convivência' com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (1987, p. 29, grifo do autor).

Como bem exposto, para que haja transformação social, faz-se necessário a sensibilização da própria situação enquanto massa oprimida, articulando com os demais em igual situação, para juntos poderem atuarem ativamente na construção de mecanismos que combatam a parte opressora. Essa construção acontece na medida em que, se desenvolve um diálogo permanente sobre suas necessidades, anseios e pretensões. “O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação” (FREIRE, 1987, p. 29). Essa dialética tem por finalidade a emancipação do sujeito pronto para atuar.

Não se quer mostrar aqui que a educação não formal tenha mais valor que a educação formal, mas que aquela pode complementar esta e vice-versa. A educação não formal, como já mencionado antes, atua em espaços que a educação formal não alcança. Sendo assim, um complemento da educação formal.

Esses espaços não escolares, quais sejam a igreja, o clube, as agremiações, associações, o terceiro setor, são os que o Estado tem investido, para que possam atuar de forma educativa e emancipativa. Daí tem-se a ideia de que a sociedade civil está tendo uma maior participação nas questões sociais, podem opinar, participar efetivamente na construção de locais em que são desenvolvidas outras habilidades nos indivíduos, dentro de uma

perspectiva mais humanista, uma vez que tenta-se passar ideais de formação para a vida, para o mundo.

Muito tem contribuído a Pedagogia Social para a formação desse sujeito; como teoria e prática educativa, tem auxiliado também na formação de uma profissão específica – o pedagogo social, em paralelo com a consolidação da atuação em âmbito profissional. Esta formação começou na Alemanha, com o filósofo neokantiano Paul Natorp – em que trata de uma pedagogia voltada para o indivíduo excluído nos aspectos sociais da educação, concomitante à consolidação das Ciências Sociais, que tem por base os efeitos da Revolução Francesa e Revolução Industrial, refletidos nos movimentos sociais.

A Pedagogia Social, neste momento, aparece com uma racionalização e analisa objetivamente, a vida social. Tem contribuição de filósofos, educadores e sociólogos tais como Kant, Pestalozzi, Rosseau, Platão, Marx e, aqui no Brasil, tem como precursor Paulo Freire, na década de 1960. Dentro de uma perspectiva epistemológica, a Pedagogia Social permite a formulação de uma práxis transformadora do sujeito. É uma pedagogia voltada para a vida, para a transformação da sociedade, para a reflexão filosófica (educação para o pensar) frente a uma estrutura imposta para os que são excluídos do processo capitalista então vigente; que respeite as diferentes características individuais, e que fomente uma ação mais consciente e efetiva no seio da sociedade, para a transformação coletiva.

A geografia crítica surge como um movimento de renovação do pensamento geográfico. Essa corrente crítica vem para refutar a geografia já existente (tradicional), visando uma nova linha de pensamentos e concepções frente à transformação da realidade social. Na geografia tradicional, o discurso sobre as questões sociais nunca estiveram presentes em seus debates. Diante dessa concepção, os geógrafos críticos apontaram a luta de classe, desvendaram as máscaras sociais e colocaram em prática os compromissos sociais do discurso geográfico.

Yves Lacoste, foi primeiro a criticar esse tipo de saber, o construído

pela geografia tradicional, ao falar sobre a “geografia dos estados-maiores” e a “geografia dos professores”. Aque-la diz respeito a uma geografia ligada à prática do poder, estabelecendo ações no domínio da superfície terrestre; esta se caracteriza com base num discurso resultante de abstração, obscuro, vago, dificilmente compreendido, descritivo e cansativo, sobretudo dissimulador ideológico e político que os detentores do poder granjeiam através do domínio da organização das estruturas e produção do espaço, e levantando dados de forma camuflada para a “geografia dos estados-maiores”.

Moraes (1999, p. 26) contribui ao dizer que “a geografia crítica incide nos compromissos sociais e nos posicionamentos políticos em jogo, e aponta propostas de renovação”, mostrando o caráter político/crítico de seu discurso e de uma inquietação a uma realidade que por anos vem sendo imposta como verdadeira e irrevogável.

Eis a importância de se ensinar uma geografia crítica num espaço não escolar. Sair da inércia da sala de aula é mostrar o quanto podemos explorar ambientes diversos e aplicar, dentro da sociedade, de grupos, ONGs – terceiro setor, e demais localidades, valores construtivos, principalmente do que diz respeito à geografia. Partindo de um ponto de vista crítico, Oliveira (1989) acredita que a geografia deve ser um produto de transformação da sociedade. Segundo o autor (1989, p. 28): “Esse processo em marcha, porém, tem que ser um processo de comprometimento com a transformação da sociedade”. Essa abordagem feita por Oliveira é entendida que, muitas vezes essa visão de mundo não condiz com a realidade do sujeito, algo que deve ser levado em consideração tanto em âmbito do ambiente escolar como não escolar. As vivências e experiências de vida contam na transformação do indivíduo.

A geografia crítica no espaço não escolar pode contribuir na aprendizagem política, na medida em que, se apreende o conhecimento geográfico do espaço onde se vive. Moraes (1999) apud Lacoste diz que, é necessário construir uma visão integrada do espaço, numa perspectiva popular, e socializar este saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos

embates políticos, porque o Estado e as grandes empresas possuem um conhecimento ampliado do espaço, enquanto que o cidadão possui um conhecimento parcial e/ou fragmentado dele.

Convém explicar sobre esse espaço na ótica geográfica. Segundo Moreira (1998, p. 27),

[...] *espaço é o objeto da geografia, o conhecimento da natureza e leis dos movimentos da formação econômico-social é o seu objetivo. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se busca apreender os movimentos do todo: a formação econômico-social.*

Não é esse espaço o “substrato” social, mas um espaço produzido pelo processo histórico, por meio do trabalho, que é desenvolvido coletivamente. Esse espaço surge como produto do processo das relações historicamente construídas.

Como bem expõe Milton Santos (1978), “primeira natureza”, que é o meio natural, é incorporada a esse espaço, à medida que, por meio do trabalho, o homem constrói sua natureza, bem como a “segunda natureza”, o lugar habitado. Para compreender esse espaço, esse lugar vivido, pode-se usar da Paisagem, um conceito propriamente da geografia, como categoria de análise que, segundo Santos (1978) é onde estão contidas as “rugosidades”, ou seja, as construções históricas materiais e intangíveis das relações do homem-homem que, segundo Ruy Moreira (1998), servirá para desvendar as máscaras sociais ou

“distinguir a essência nas aparências”.

Dentro dos conceitos básicos de geografia, o território tem sua relevante contribuição. Aqui não o trataremos como uma área delimitada oficialmente onde se exerce uma relação de poder legitimado pelo Estado, mas o espaço vivido, aquele lugar onde se passa o cotidiano, onde são construídas as relações pessoais, as relações de afinidade e identidade individual e/ou grupal. As “rugosidades”, da qual tratamos acima, é perpassada dessas relações, que são (des)construídas ao longo do tempo histórico social. Nesses espaços ise culturalmente formados, também acontecem relações de poder em menor âmbito, visto que é a relação do homem com o homem.

O desafio de compreender o mundo em que [...] se considera a força dos símbolos, das imagens e do imaginário [...] o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. [...] Apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 1997, p. 156).

O território não é só um lugar de “produção do espaço”, mas de “apropriação” dele, mediante essas construções, que subjetivamente são formadas. O sujeito, ao olhar sua vida dentro desse contexto, concebe-se já como parte desse processo, desse lugar. E não há como dissociá-lo disso, uma vez que estão intrínsecas suas vivências, onde são

construídos seus valores e concepções. Daí nota-se a importância de ambientes sociais, esses lugares de interação com o outro, onde acontecem as trocas de experiências.

O desenvolvimento da cultura política favorece não somente na criticidade daquele que se quer ensinar algo, bem como numa melhor qualidade intelectual de toda uma comunidade que pode ser beneficiada por tal perspectiva. Percebe-se a necessidade das classes que estão sendo arguidas por um cotidiano de descasos, conscientizar-se de que somente elas são capazes de um autodesenvolvimento e assumir uma postura crítica de sua realidade. Tentamos mostrar como a geografia crítica em espaços não escolares pode contribuir para essa formação política, através de uma pedagogia social que fomente a formação de profissionais capazes de atuar em âmbito social, através da análise do substrato social e da formulação de ideias coletivas. As diferenças entre educação formal educação não-formal e educação informal, foram devidamente explicitadas dentro da temática abordada, para um melhor entendimento do contexto exposto. Por fim, como pôde ter sido constatado, a função social da geografia crítica frente ao combate de uma sociedade excludente, tal qual é a sociedade capitalista, elucidando sobre dois conceitos básicos da geografia, quais sejam: Paisagem e Território, em que mediante suas análises, auxilia no desvendar das ideologias hegemônicas que estão incrustadas no seio da estrutura social.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. (ed.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARVALHO E. J. G. de Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1139-1166, set./dez. 2009.
- CASTRO, I. E. de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: _____ et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DURKHEIM, É. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: _____ **Educação e Sociologia**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- LACOSTE, Y. **Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3. ed. Campinas: Papirus, 1988.
- MORAES, A. C. R. **Geografia pequena história crítica**. 17. ed. São Paulo: HUCITEC. 1999.
- MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Para onde vai o ensino de geografia?** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.
- VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992. (Série Fundamentos).



DIVULGAÇÃO

Textos de autoria de Valter Casseti disponíveis no site da FUNAPE.

impactos ambientais e processos erosivos.

Valter Casseti, possui graduação em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Catanduva (1973), mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1977) e doutorado em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (1983). Foi professor no Instituto de Estudos Socioambientais da UFG (1976-1998), Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretor Executivo da Fundação de Apoio à Pesquisa da UFG. Atualmente presta consultoria na área ambiental. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geomorfologia e Climatologia, atuando principalmente nos seguintes temas:

GEOMORFOLOGIA

Esse trabalho é resultado da experiência acadêmica como docente do curso de Geografia, dedicada, em grande parte, ao estudo da Geomorfologia.

Acesso em: <www.funape.org.br/geomorfologia>.

CONTRA A CORRENTEZA

Essa obra foi, originalmente, impressa pela Editora Kelps, em Goiânia, em 1999.

Acesso em: <www.funape.org.br/contracorrenteza>.

participe do BIG!

Envie o seu artigo e tenha a chance de participar das próximas edições.

Para maiores informações acesse:

www.informegeografico.blogspot.com.br/2008/11/diretrizes-para-autores.html